

CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO COM RESPEITO À IMPORTÂNCIA DA GESTÃO EDUCACIONAL PARA AS DIVERSIDADES LOCAIS E REGIONAIS.

Suzana Liborio Marcusse

Ana Christina Duarte Pires

RESUMO

O presente trabalho apresenta discussões e debates de organização curricular nos processos educacionais voltados à Educação do Campo, ressaltando também, a importância da formação dos profissionais da educação, ou seja, nas Leis vigentes e também no trabalho político-pedagógico embasadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Neste contexto, é possível perceber que os sujeitos que compõem esta realidade social, ou seja, parte das populações rurais são menos orientados e informados e ainda apresentam certa alienação aqueles que residem nos espaços urbanos. Por isso nota-se que muitos deixaram o campo e migraram para a cidade, a procura de melhores condições de sobrevivência. Os que resistiram e ainda residem no meio rural, por sua vez, enfrentam inúmeros problemas, como: difícil acesso as escolas, dificuldade no transporte, clima e tempo inapropriado aos estudos, dentre outros. Alguns migram para a cidade a procura de conhecimentos, mas vale ressaltar que na realidade a Educação do Campo favorece a elevação da escolaridade do sujeito do campo, pois através da interdisciplinaridade e da vivência local do indivíduo do campo, este tenderá a elevar o nível de sua cultura, seus conhecimentos e assim, aprimorar seu padrão de vida.

Palavras-chave: Educação do Campo, Organização Curricular e Sujeito do Campo.

1 CONTEXTO

Observa-se que nas últimas décadas, alguns pesquisadores, de diversas áreas de estudo, estão se empenhando para aperfeiçoar seus trabalhos sobre a educação do campo. No entanto, percebe-se que ainda há alguns locais precários para o ensino e aprendizagem, e que o apoio dado através de políticas públicas voltadas às populações rurais, às vezes nem chegam ao seu destino educacional. Nota-se que essa situação tem repercutido na sociedade devido a ausência de estradas apropriadas, e também devido a falta de assistência técnica e sócio-educacional. No entanto, o que seria uma tendência onde pessoas optavam por mudar para a cidade, assegurando aos filhos o acesso à escola a fim de escapar da escola rural e buscando conhecimentos básicos e necessários ou melhores condições de vida, hoje é realidade, pois houve muitas mudanças na sociedade brasileira nos últimos anos, tanto no campo como na cidade, o que exige uma ressocialização, pois com o avanço das técnicas e tecnologias, a população rural sente a necessidade de aprimorar o seu conhecimento cultural, acompanhando a evolução tecnológica do mundo.

Quanto aos indivíduos que vivem no campo, estes deparam-se com uma infância, adolescência e juventude quase sem informações, ou seja, desorientada frente aos desafios e incertezas do mundo contemporâneo, e assim, percebe-se o agravamento com a falta de respeito ao homem do campo, e também pelo pensamento provocado pelas experiências vivenciadas daqueles que residem nas cidades e que realizam atividades diárias com sucesso profissional e salário digno, na qual são diferentes do trabalhador rural, que esperam a colheita para ser remunerado financeiramente e ainda não abandonam suas terras. Porém, a falta de escolas do campo e profissionais devidamente habilitados para educação nesta área, tem dificultado a escolha entre permanecer ou não no campo devido

as condições dignas e necessárias à sobrevivência, alguns migram para a cidade, pois visam basicamente o salário e melhores condições de vida.

Vale ressaltar que, ainda na zona rural, alguns indivíduos por viverem no campo, são chamados e vistos perante a sociedade como “sujeitos do campo” ou “sujeitos indeterminados”, uma vez que não é somente o espaço geográfico ou a produção da existência que determinam estes, mas também o sentimento de posse pela terra na qual se encontra localizado, ou enraizado.

A organização da escola do campo e também o seu funcionamento deve ser adequada aos tempos e ao modo de vida dos indivíduos, garantindo assim, a organização de um currículo escolar próprio, incluindo adequação do calendário escolar às fases agrícolas e as condições de tempo e de clima, assegurando o direito a igualdade, respeito as diferenças individuais e também da natureza, mantendo e preservando a biodiversidade. Muitos agricultores, ainda se encontram insatisfeitos quanto ao ingresso e acesso tardio da escola, que na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil são oferecidas quase sem condições de oportunizar saberes e conhecimentos para os educandos, devido à restritos investimentos da política pública e transporte para o aluno. Isso representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo.

Segundo, Arroyo,

“Parece-me que é urgente pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo com é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse

parece que seria um dos pontos que demanda pesquisas”.
(ARROYO; 2006, p.104).

Ainda segundo, Arroyo

“A crença que a função da escola é transmitir o saber socialmente construído hoje está sendo revisto não superada. Não se trata de superar o direito de todo ser humano ao saber socialmente construído, a cultura de vida, a herança cultural. Trata de que isso passou a ser um slogan, que precisa ser mais trabalhado, mais pesquisado. Até onde os saberes escolares são saberes construídos ou apenas parte e até filtram esse saber construído? Até onde há seletividade dessa construção? Até onde em nome do direito aos saberes escolares, negamos os saberes construído? até onde são saberes mais mortos do que vivos”? “(ARROYO; 2006; p.111)”

Analisando sobre a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 1/03/2002), implementadas pelo Ministério da Educação, observa-se a importância deste passo para o reconhecimento de uma política que valoriza as especificidades do campo. (Souza 2006) O termo utilizado para a Educação do Campo em relação à ação dos movimentos sociais e parcerias, começou a se consolidar nos anos passados, porém as críticas sobre as práticas de educação rural e que se caracterizam o homem do campo enquanto um indivíduo atrasado, ou seja, parado no tempo, ou ainda um simples depositário da cultura tradicional, destituído de conhecimentos e cultura com apenas alguma validade social frente aos valores morais da sociedade atual perduram até os dias de hoje. Neste momento, a escola considera que o educando do campo tenham significado

fundamental para sua aprendizagem na escola do campo. Na realidade as pessoas que vivem na zona rural têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida na cidade. Vale citar que dentre as principais inovações compreendidas nos debates sobre a educação do campo pode se destacar, a defesa de uma educação que tenha um olhar especial com as peculiaridades e suas diversidades da vida no campo, considerando que o processo educacional deva mediar os conteúdos historicamente sistematizados aos saberes da vida cotidiana dos sujeitos que têm sua vida nesse espaço.

As propostas educacionais não passam somente pela escola, vão muito além das atribuições da instituição. Porém, a escola, sendo um local privilegiado de sistematização do conhecimento e exercendo um papel fundamental nas mudanças que precisam ser efetivadas e inovadas na realidade do campo, tem papel fundamental neste processo. Os educadores do campo merecem atenção especial, pois estão ligados à escola ou aos movimentos sociais e participam de uma sociedade de classes. No entanto, faz-se necessário trabalharem com as pesquisas dos educadores do campo, pois assim, possibilitará ampliar a visão do processo educativo bem como das relações que se estabelecem entre a educação e as grandes questões que perpassam a vida no campo. Quando se fala de um currículo adequado a esta realidade, se compreende os interesses das populações locais. No entanto sabemos que se deve assumir a essência não neutra da educação, havendo um enfrentamento das ideologias dominantes que tendem a homogeneização, principalmente no que diz respeito à distribuição de políticas públicas no Brasil, ressaltando a educação do campo.

Segundo Arroyo: “a educação do campo exige por si só uma visão mais alargada de educação das pessoas, à medida que pensa a lógica da vida no campo como totalidade em suas múltiplas e diversas dimensões” (ARROYO, 2007, p. 32).

No entanto, nota-se que há uma preocupação global com a aprendizagem sobre a Educação do Campo, ressaltando a importância de todas as disciplinas envolvidas na esfera Educacional.

A tendência de urbanização da população brasileira, conforme os dados do IBGE, em 2000, constatam um expressivo contingente de pessoas que ainda vivem no campo e sobrevivem dele. Além disso, conforme documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação, constata-se alguns apontamentos como principais dificuldades em relação à educação do campo, citados abaixo:

- insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
- falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
- baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
- necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Verificando o artigo 28, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que aponta direcionamento específico para escola do campo, constata-se que está incluso no capítulo a educação básica. Cita-se:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Como diz o art. 28 a respeito ao fortalecimento das identidades dos Educando, na qual podem ir a uma escola ao seu cotidiano, ali eles se identificam, trocam conversas e informações, se conhecem, crescem em conhecimento.

Vale ressaltar que não importa para a escola se o ambiente é seco ou chuvoso, urbano ou rural, pois, ela tem por objetivo ensinar/aprender. No caso das comunidades rurais é interessante notar sua dependência mais direta com as reações da natureza dentro de uma educação ambiental não vista apenas como área de conhecimento, mas entrelaçar outras disciplinas para facilitar o trabalho na vida de campo. Um fator de migração da população rural está na falta da presença desse tipo de escola na zona rural, ou seja, a Escola do Campo. Vale refletir que isso nos põe diante do fato de que as populações rurais demandam uma escola rural diferente da escola que conhecemos, para que as pessoas possam permanecer no campo e integrar-se de modo mais apropriado as promessas da sociedade moderna.

No entanto, a escola do campo deve garantir a permanência do homem do campo, valorizando e apresentando alternativas para sua permanência na zona rural, com total dignidade, pois são filhos de lavradores que estão no seu habitat

de origem. Há necessidade também de formar através da escola, a partir do projeto educativo, um profissional com qualificação adequada, tendo assim, a escola, como um lugar de ensino/aprendizagem harmonioso e prazeroso, de acordo com a real situação em que vive hoje o homem do campo. Assim, a materialidade da educação do campo se faz na totalidade de relações e não se restringe apenas a sala multisseriada, como é nos dias de hoje; até porque, antes de uma concepção de educação a escola é um conhecimento cultural de campo, e da mesma forma que pensamos o campo, pensamos a educação. Porém, há necessidade em pensarmos além do campo como latifúndio e minifúndio, pois deve-se rever a Educação e a política social para melhorar as condições de vida do homem do campo, oportunizando a estes tais melhorias.

Devido à consolidação de um sistema capitalista moderno na produção agropecuária, em que o modelo econômico privilegia grandes latifundiários, o monocultivo, a intensa mecanização, entre outros fatores, muitos dos sujeitos do campo foram sendo expulsos gradativamente, por não conseguirem acompanhar a modernização com a mecanização de sua produção, tendo baixo rendimento e baixa produtividade ficando em desvantagem no mercado. Juntamente a isso, o fator atrativo que as cidades exercem, levaram muitos indivíduos ao êxodo rural, buscando na cidade melhores empregos e salários e também melhorar as condições de vida de todos da sua família.

Se pensarmos em Educação no Campo anos atrás sempre nos vem a idéia de uma educação defasada, sem recursos, que as pessoas que por elas passam ou passaram poucos tiveram êxito em uma profissão. Isso ocorre principalmente pela falta de políticas pedagógicas para essas escolas, uma vez que não ensinam o que é de real interesse desses sujeitos para que eles possam continuar sempre se aprimorando em prol de sua própria evolução.

Lembrando que hoje faltam aplicações de políticas públicas efetivas e adequadas para melhorar o ensino do campo, mas temos consciência de que o quadro

precisa ser mudado ou seja reformulado, pois a falta de efetivas políticas públicas pedagógicas no campo tem impedido o acontecimento dessa evolução do sujeito. Se com o passar dos anos o ensino do campo fosse se desenvolvendo acompanhando a entrada de tecnologia, poderíamos hoje ter coberto essa falta de mão-de-obra especificada com o próprio sujeito do campo contribuindo para a fixação do homem do campo.

A Política Pública de Educação do Campo deve respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do meio rural como um espaço de vida e de relações vividas, porque considera o campo como um espaço geográfico, onde ao mesmo tempo é produto e produtor de cultura e do conhecimento.

Já os professores que atuam nesta área rural, enfrentam conseqüências da sobrecarga de trabalho, e principalmente das dificuldades de acesso e locomoção. Além disso, recebem salários quase que igualitário aos da zona urbana e estão entre os que têm menor nível de escolaridade, por não terem oportunidade de ascensão profissional.

Vale ressaltar que o grande objetivo da Educação do Campo é garantir aos povos que ali habitam uma Educação Básica comprometida com um modelo de desenvolvimento sócio-cultural justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável, tornado-se cidadãos capazes para atuarem na sociedade.

Portanto, vale lembrar que, o campo é acima de tudo o espaço da cultura e conhecimento, ou seja, grande espaço geográfico de bagagem cultural.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Sabemos que não são poucos os moradores das cidades, especialmente nas periferias, que tem uma relação tensa com a confusa cultura urbana que

temos mais produto da degradação da cidade do que, propriamente, do desenvolvimento urbano. Em consequência disso, transformam, adaptam e reafirmam sua cultura rural de origem. Essa é uma técnica social auto-defensiva, pois estes grupos culturalmente ameaçados costumam adotar uma postura de auto-defesa em sua concepção de vida, passando de geração e geração. Nota-se nos últimos anos, em cidades como São Paulo-SP, onde ocorre um resgate histórico dos grupos folclóricos como: bumba-meu-boi, grupos de samba-lenço, folias-do-divino e folias-de-reis, grupos de violeiros, entre outros. Estes eventos culturais podem considerar também uma escola urbana, porém inadaptada, como um campo de concentração onde se realiza o trabalho forçado da aculturação compulsória dos educando, no que se refere uma cultura urbana em grande parte falsa, onde o professor sonha e idealiza uma prática pedagógica fictícia, dentro de uma política educacional fora da realidade urbana em que se vive.

Nesta dinâmica de movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam, vem sendo produzido um projeto educativo, original e inovador, que em suas diferentes iniciativas, tem gestado novas práticas de escola, e tem como educador inovador frente as práticas pedagógicas criativas, visando um ensino/aprendizagem satisfatório, conforme a realidade local. Desta forma, é que os valores urbanos são transmitidos e valorizados em detrimento da vida do campo, pois, o campo é considerado ainda apenas como um local de produção e, as pessoas que vivem nesse meio são chamadas de pobre atrasado e sem educação. Assim, a situação deste se agrava em consequência de uma ideologia educacional que desvaloriza o mundo rural e o trabalho rural.

A escola poderia ser uma instituição do diálogo cultural com sua clientela: o aluno e comunidade escolar, e deveria considerar não só o aluno burocraticamente matriculado como preferem os educadores burocratas, mas também a comunidade de referência, aos que a pertencem. Para isso, uma das alternativas é voltar ao professor de tempo integral na mesma escola, que inclua entre os

seus deveres o dever de conhecer os saberes daqueles que procura ensinar, aos quais transmitem ou até impõem o seu próprio saber, ou sua cultura, seu conhecimento.

Um dos problemas refere-se especificamente, a concepção de educação que é oferecida aos povos do campo, e a qualidade do ensino/aprendizagem do mesmo. Atualmente, o campo é compreendido a partir do conceito de territorialidade, ou seja, é o lugar marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial.

Entendemos, no entanto, que o campo e a cidade são dois pólos de que continua duas partes de um todo, que não podem se isolar, mas, antes de tudo, articulam-se, completam-se e se alimentam mutuamente.

Dados atuais, também apontam que é no meio rural onde estão as maiores taxas de analfabetismo e maior contingente de crianças fora da escola, devido principalmente a dificuldade de acesso à escola, falta de transporte para alunos e professores, além dos currículos adequados a estarem desvinculados da realidade dessa população rural, dos valores e interesses dos estudantes o que impede que o aprendizado se transforme em instrumento para o desenvolvimento do meio rural.

A escola que deveria ser um lugar de compartilhamento/intercâmbio entre o sujeito rural e professores sendo adaptada à realidade desses sujeitos de forma a valorizar e a aprimorar seus conhecimentos ao invés disso, os obrigam a aprender disciplinas que para eles muitas vezes não tem valor, pois, raramente vivem a aplicação desses conhecimentos na prática em seu cotidiano.

Ressalto que a educação do campo mostra a necessidade de se partir de aspectos da realidade local, ao problematizar os conteúdos das disciplinas de acordo com as diretrizes curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná e dos DCE da Educação do campo, desde as experiências cotidianas dos

educadores, considerando que possuem uma história de vida, cultura, relação social e interação com a natureza, relacionado à vivência do aluno.

3 CONSIDERAÇÕES

Portanto, a educação do campo nasce de outro olhar sobre os sujeitos do campo, a partir da luta e articulação dos movimentos sociais, visando valorizar o conceito de roça, vinculando a luta por uma educação de qualidade e tem-se como pressupostos básicos de que não há como educar verdadeiramente os sujeitos do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização, assim como a compreensão de que é na própria luta por estas transformações que ocorre o processo de humanização que também é um fator social.

O que deveria acontecer na prática educativa é uma maior interação entre as entidades de ensino, as comunidades rurais, currículo e troca de experiências entre professores e alunos compartilhando e aprimorando os conhecimentos de ambos os lados a fim de criar uma grade curricular interdisciplinar baseada nas reais necessidades dos sujeitos rurais, para que este tenha completo desenvolvimento pessoal, intelectual, emocional e físico sem fugir de suas raízes, seus valores culturais, conhecimentos ambientais, geográficos, enfim seus saberes, tornando-os cada vez mais capazes dentro de sua realidade.

Ressalto que há necessidade da criação e implantação de políticas pedagógicas que respeitem e valorizem as experiências de vida dos educandos e suas famílias que vivem do campo, fortalecendo-os a uma postura humana e os valores aprendidos, como a criticidade, a sensibilidade, a contestação social, a criatividade diante de situações difíceis para formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro, pois é através da educação que ocorre a formação humana, as pessoas são inseridas na sociedade e transformam sua realidade. Para isso é necessário que os educandos sejam ativos e participativos, não tendo apenas conhecimento e habilidade técnica, pois o que realmente

precisam transmitir são valores para que os educandos aprendam a: falar, ler, calcular, confrontar, dialogar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saberem articular o seu pensamento e também o seu próprio sentimento sintonizados com a sua história de luta pela terra, ou seja, os formar cidadãos conscientes e capazes de interagir na sociedade sentindo indignação frente as injustiças e a perda da dignidade humana, com disciplina no trabalho e estudo, resgatando os valores, como: solidariedade, respeito às diferenças culturais, sonhar e agir para melhor realização de seu trabalho, ter atitudes de humildade, e também de autoconfiança.

Assim, pode-se dizer que a educação, enquanto direito fundamental, foi ao longo dos anos, negligenciada às classes mais pobres da população brasileira. E em decorrência disso, realizaram-se lutas, organizadas em todo país, para que se efetivassem direitos constitucionais que garantisse uma educação que atendesse os excluídos. Para tanto, é preciso ter a cultura como matriz formadora, pois, através dela têm se as referências necessárias para educar o indivíduo, por ser o resultado do processo histórico, podendo assim, produzi-la e/ou modificá-la. É nesse sentido que os Movimentos Sociais são educativos e sociais, pois tanto podem reproduzir quanto transformar os diversos tipos de cultura, formando um novo homem, uma nova vida no campo e uma nova compreensão da história.

Assim, diante dessas reflexões sobre as concepções de educação do campo, é preciso buscar uma saída teórica - prática que responda aos desafios e as possibilidades postas pelos sujeitos do campo, através das articulações feitas pelos movimentos sociais juntamente com a Universidade no curso de Pedagogia. Ou seja, a educação de hoje que se tem é reflexo da educação que os docentes receberam na sua caminhada profissional, por isso, é importante ressaltar que a disciplina de educação do campo se relacione ao curso de Pedagogia, pois possibilitará uma compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como

melhorar o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas diárias, enquanto docentes ou gestores, facilitando assim o ensino e aprendizagem.

Portanto, se faz necessário lembrar que a Educação do Campo é acima de tudo um direito social para cada cidadão que reside no meio rural, e não somente é uma questão de mercado, pois o indivíduo que nele convive tem direito a qualquer tipo de cultura, pois é um cidadão.

Referências

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

ARROYO, Miguel. Movimentos Sociais e o Conhecimento: uma relação tensa. In: II Seminário Nacional MST e a Pesquisa. Cadernos do Iterra, Veranópolis RS. Ano VII- 14 nov.2007.

ARROYO, M. G. Formação de Educadores e Educadoras do Campo. Brasília: MEC, 2004.

ALENCAR, J. F. A professora "leiga": um rosto de várias faces. In Educação e escola no campo. São Paulo: Papyrus, 1993.

BOEIRA, D. A. Do Olhar Policial ao Trabalhador Nacional: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinqüência juvenil no Brasil. In: Seminário internacional Fazendo Gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

_____ MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96, MEC. MEC / INEP. Bibliografia Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. V.1, n. 1, mar. 1954.

_____ Bibliografia Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. V 3, n.1. mar. 1955.

_____ Bibliografia brasileira de educação: ano 1944. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 4 n. 11, maio de 1945.

<http://br.monografias.com/trabalhos918/Educação-campo-politicas/educação-campo-politicas.shtml>. Acessado em 11/2010.

Qualidade do Ensino Público Brasileiro. <http://analgesi.co.cc/html/t44894.html> - Acessado em 04/2011

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/721/1/A-Ldb-E-A-Educacao-Do-Campo/pagina1.html#ixzz1LLnhfBN>- Acessado em 01/2011.

WWW.marconocampo.com.br – agronegócio enfrenta falta de mão-de-obra. Acessado em 03/2011.